

# A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM HISTÓRICOS DE BOLETINS DE OCORRÊNCIA

Maria de Fátima Silva dos Santos (UFRN)  
fatimasena2006@yahoo.com.br

## Introdução

Este texto é um recorte do encaminhamento de um projeto de pesquisa que tem como foco a representação discursiva da violência contra a mulher em históricos de boletins de ocorrência. Em seus objetivos, a pesquisa pretende analisar e descrever a representação discursiva da violência contra a mulher, por meio da designação do referente, dos objetos de discursos, da predicação, da aspectualização, das circunstâncias espaço temporal e do uso de metáforas, em históricos de boletins de ocorrência. Ao estudar como se constrói, textualmente, a representação discursiva da violência contra a mulher em boletins de ocorrência, a pesquisa pretende explorar, ainda, entre outras questões, o modo como a atividade de referir colabora para a construção de sentidos da violência representada nesses boletins; a maneira como os participantes envolvidos na cena enunciativa são referidos e representados nesse documento e explicitar quais as principais características do boletim de ocorrência, bem como sua funcionalidade, intenção comunicativa e campo de atuação.

Para tanto, serão analisados boletins de ocorrência registrados na Delegacia Especializada de Amparo à Mulher (DEAM), localizada na Ribeira, Natal/RN. Quanto à sua natureza, o estudo assume as características de uma pesquisa qualitativa, descritiva e interpretativa. Com relação aos procedimentos para a obtenção e análise dos dados, lançaremos mão da pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa será fundamentada nos pressupostos teóricos e metodológicos advindos dos Estudos Linguísticos do Texto (Koch, 2004), da Análise Textual dos Discursos (Adam, 2008; Adam e Heidmann, 2011; Maingueneou, 2005), bem como de estudos relacionados ao gênero boletim de ocorrência e à violência contra a mulher (Tristão, 2007; Costa, 2009; Queiroz, 2008; Oliveira, 2004; Izumino, 2003), dentre outros.

Este artigo encontra-se configurado da seguinte forma: inicialmente, apresentamos o estado da arte sobre alguns estudos relacionados ao gênero textual o boletim de ocorrência e à violência contra a mulher. Em seguida, no capítulo da fundamentação teórica, abordamos sobre a Linguística do Texto situando-a no campo da análise do discurso. Na continuação do capítulo, descrevemos, de forma breve, sobre a construção de uma representação discursiva, a questão dos gêneros de discursos e de alguns aspectos de genericidade do texto e, por fim, destacamos as principais características de linguagem no gênero o boletim de ocorrência. Para finalizar, apresentamos os procedimentos metodológicos que serão utilizados para o levantamento e a configuração do *corpus* da pesquisa e logo em seguida, as considerações finais.

## 2 O estado da arte: o boletim de ocorrência e a violência contra a mulher

Estudos voltados para a construção textual do gênero o Boletim de Ocorrência vêm, aos poucos, despertando o interesse de alguns pesquisadores da área de linguística. A título de exemplo, Tristão (2007), Costa (2009). Já as pesquisas relacionadas à violência contra a mulher, também denominado de violência de gênero, tem ocupado o centro de interesse de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, dentre estes, Izumino (2003), Oliveira (2004) e Queiroz (2008), apenas para citar alguns.

Em “O Boletim de Ocorrência sob o aspecto da dêixis de base espacial como processo de instauração e manutenção de referência”, fundamentado na semântica da enunciação, Tristão (2007) analisa os mecanismos de referenciação presentes na linearidade

textual do histórico do boletim de ocorrência sob o foco de análise dos dêiticos de base espacial. Para tanto, ele analisa os processos linguísticos de instalação, encapsulamento e ancoragem, bem como registra as diferentes ordens de utilização desses processos para a constituição da linearidade textual.

O *corpus* da pesquisa é constituído de boletins de ocorrências com registro de denúncias de crimes e contravenções (roubo, extorsão, tráfico de drogas ilícitas), de trânsito (colisão, atropelamento) e crimes ambientais. As ocorrências relacionadas a crimes e contravenções descrevem os espaços urbanos; já as relacionadas ao trânsito descrevem espaços determinados para o tráfego de veículo e pedestres. Por fim, as ocorrências relacionadas a crimes ambientais descrevem espaços rurais e regiões periféricas dos espaços urbanos. Essas diferenças, segundo o autor, são fundamentais para o reconhecimento das diversas formas de instituição de referentes e estabelecimento das referências, por considerar que alguns espaços são mais historicamente constituídos, o que, por sua vez, exige um trabalho de elaboração textual mais detalhado por parte do policial responsável pelo registro do histórico do boletim.

Por meio da referência dêitica, Tristão (2007) confirma que existem relações físicas entre o espaço e os objetos e ou pessoas. Essas relações, segundo o autor, contribuem para que o leitor complete os elementos constitutivos do espaço faltoso na linearidade do texto, a fim de “fechar” a imagem panorâmico-espacial que caracteriza cada ocorrência policial. Os espaços caracterizam os aspectos sociais, a partir dos quais é possível descrever ambientes com características mais urbanos, mais periféricos, mais rurais, espaços internos e externos.

Para esse autor, o espaço do texto é um “modelo finito” da “infinitude do espaço real”, por isso, caracteriza-se por depender de um processo de construção contínua que o cria em partes que compõem um “todo”. A instalação e o encapsulamento são os principais responsáveis pelo processo de instauração e manutenção contínua do espaço. Foram percebidos pelo autor, nos boletins analisados, movimentos anafóricos, endofóricos e exofóricos que direcionam os processos de referência dêitica, movimentos que ele acredita serem especificidades do gênero Boletim de Ocorrência.

Por sua vez, Costa (2009) realizou um “Estudo preliminar da terminologia empregada pela polícia civil do RS no Boletim de Ocorrência Policial” para investigar a terminologia empregada pela Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, através de quatro termos, referentes ao modo da ação praticada por autor de subtração criminosa, utilizados como forma de qualificar as circunstâncias que determinam a natureza da infração penal.

A autora procurou validar, na pesquisa, as seguintes hipóteses: a inexistência de um estudo da terminologia policial gera entendimentos difusos sobre determinados termos; quase sempre as pessoas generalizam como roubo qualquer tipo de subtração independentemente das circunstâncias; a diversidade de entendimento dos policiais que registram as ocorrências sobre o conceito jurídico de furto difere da definição que a Polícia Civil tem registrada no anexo do manual do Sistema de Informações Policiais-SIP, o que tem dificultado na análise criminal e na categorização do furto como simples ou furto qualificado. Para validar essas hipóteses, ela organizou em mapas conceituais as definições atribuídas a esses quatro termos, e as definições oriundas da análise de um corpus formado por 12.000 históricos de ocorrências registrados nos Boletins de Ocorrência Policial desses quatro tipos.

Apoiada nas perspectivas comunicativas e textuais da Terminologia, o trabalho de Costa (2009) teve por objetivos apresentar a macroestrutura do Boletim de Ocorrência, sistematizar a terminologia estudada através da elaboração dos mapas conceituais, reconhecer como termo os quatro modos de ação do crime de furto, e demonstrar que os dados retirados do corpus diferem da definição que se tem registrada sobre os quatro termos do furto analisados. Segundo essa autora, a ocorrência policial registrada no histórico do boletim de ocorrência é o documento que dá origem a uma investigação criminal. Ela mostra quatro

etapas que segue o BO, após o respectivo registro efetuado na delegacia de polícia, quais sejam: instruir o Inquérito Policial a fim de apurar os crimes de maior potencial ofensivo, a exemplo do furto; instruir o Termo Circunstanciado, procedimento previsto para crimes de menor potencial ofensivo; instruir o Procedimento Especial de Adolescente Infrator, referente ao ato infracional cometido por adolescente; por fim, ser arquivado na delegacia de polícia quando é registrado apenas para fins de direito, ou em ação condicionada à representação em que o comunicante não deseja representar contra o autor, neste caso, a ocorrência é arquivada.

Ao descrever as principais características macroestruturais do BO, Costa (2009) afirma existir no histórico do BO uma espécie de elo que une a narrativa oral à escrita. Nesse processo, os policiais mobilizam alguns conhecimentos, inclusive os tácitos, para manter as marcas típicas do texto oral. Assim, há uma preocupação, por parte do policial responsável pelo registro do BO em separar, no texto, as declarações do declarante e as do policial. A autora apresenta algumas expressões típicas que formam a macroestrutura do BO que predominam no início e no final dos textos. No início, as sequências base do tipo *informa que*, *comunica que* e *registra que* correspondem à introdução. Na sequência, são inseridos novos elementos. Esses elementos são a narração dos fatos, ou o desenvolvimento. Frases do tipo *nada mais disse; eis o registro; era o que se tinha a registrar; nada mais; assina...*, marcam o final do texto, ou a conclusão. Costa afirma que estes elementos textuais de introdução, desenvolvimento e conclusão estão presentes na estrutura de quase todos os textos analisados e caracterizam-se por conterem expressões típicas que permitem identificar as partes que interagem na narrativa, ou seja, o policial e o comunicante da ocorrência.

Ao abordar sobre questões relacionadas à violência contra a mulher, Wânia Pasinato Izumino (2003) realizou uma pesquisa para conhecer e avaliar o impacto das mudanças implantadas pela Lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais, em sua aplicação aos casos de violência contra a mulher. A pesquisa analisou os registros policiais realizados em três Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), localizadas no Município de São Paulo, entre os anos de 1996 a 1999, especialmente aos casos de violência que envolve relações conjugais e de namoro, destacando-se aqueles em que houve mais de um registro de ocorrência pela mesma vítima contra o mesmo autor.

A pesquisadora focalizou a análise no comportamento das mulheres, assumindo que esse comportamento que se repete expressa o modo como essas mulheres incorporam em seu cotidiano um discurso sobre direitos. Ela partiu do pressuposto de que esse discurso não é assimilado de forma idêntica por todas, e assume nuances de classe social, etnia e faixa etária. Analisando as idas e vindas das mulheres que registram mais de uma ocorrência nas DDMs, Pasinato sugere que a decisão de recorrer à polícia e a capacidade legal de manifestação no decorrer do processo revelam um modo de exercício do poder pelas mulheres. Com isso, pretende demonstrar que o novo modelo alternativo à justiça tradicional e convencional responde às expectativas de mulheres vítimas de violência e revela um outro tipo de vínculo entre gênero, conflitos e Justiça, através dos quais as mulheres se apropriam de discursos sobre direitos e violência – próprios da esfera policial-judicial, para conferir legitimidade às decisões que procuram obter.

A autora sugere, ainda, que a decisão das mulheres em procurar a polícia e, posteriormente, em manter ou não a queixa perante a justiça, representa uma forma de exercício de poder por essas mulheres, revelando também que elas não pactuam com o lugar de vítimas passivas da violência. Nessa ótica, o direito de representação deve ser entendido como sua capacidade legal para intervir no desenrolar dos acontecimentos, elemento fundamental para o exercício de sua liberdade e autodeterminação. A autora conclui que a aplicação da lei 9099/95 vem sendo diagnosticada como fator de discriminação e reprivatização da violência contra a mulher. Isso porque as decisões obtidas nos Juizados apontavam para a privatização do conflito, assim como a ausência de respostas judiciais

reforçava a velha concepção de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Contudo, contrariando essas conclusões, a autora observa que o período de implantação dos Juizados coincidiu com o crescimento no número de registros policiais registrados nas DDMs, sugerindo que delegacias e juizados se constituíram em importantes espaços de “fortalecimento” das mulheres em situações de violência.

Em artigo intitulado “Da Delegacia de Defesa da Mulher ao Juizado Especial Criminal: significados da violência de gênero no fluxo processual”, Oliveira (2004), por sua vez, discutiu a violência contra a mulher na perspectiva de gênero. A autora focalizou parte relevante do sistema – o Juizado Especial Criminal (JECrim), chamado de “justiça informal” –, no sentido de entender como o procedimento jurídico implementado com a Lei 9.099/95, que cria os Juizados Especiais Criminais (JECrims), influencia no modo como a justiça aborda a questão da violência de gênero, particularmente a agressão contra a mulher na relação conjugal.

Conforme Oliveira (2004), a Lei 9.099/95 introduziu mudanças no ordenamento jurídico brasileiro seguindo o movimento de ampliação do acesso à justiça para a população, por meio da implantação da desburocratização, conciliação e aplicação de penas alternativas, para os crimes de menor potencial ofensivo. Segundo Oliveira, as formas de resolução de conflitos baseadas na conciliação têm ganhado um interesse cada vez maior no contexto jurídico brasileiro contemporâneo e o juizado especial cível e criminal é, certamente, o exemplo mais evidente da forma como esse interesse foi institucionalizado. Na pesquisa, Oliveira remete à análise de como essa conciliação, mínima intervenção penal, abolicionismo penal ou despenalização, que sustenta os juizados, foi recepcionada pela justiça brasileira e quais os efeitos que vem produzindo no julgamento da violência de gênero.

Oliveira toma como base o Juizado Especial Criminal (JECrim) e a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Ela defende a ideia de que há uma mudança dos significados do crime e de seus sujeitos no fluxo da justiça – da DDM ao JECrim – quando a violência de gênero está em jogo, de acordo com a lógica própria de cada uma dessas instituições. Segundo essa autora, enquanto a DDM politizou a justiça – pois é fruto de movimentos políticos de reivindicações feministas – no sentido de criminalização da violência contra a mulher, possibilitando a entrada desse conflito no sistema de justiça, o JECrim tornou o conflito invisível no Judiciário, reprivatizando-o.

Conforme observações de Oliveira, a informalização dos procedimentos judiciais, a partir da Lei 9.099/95 – criada com o intuito de maximizar a eficiência e, sobretudo, ampliar o acesso à justiça –, acabou por despolitizar o esforço do movimento social em tornar visível o abuso cometido contra mulheres pelo fato de serem mulheres. De um lado, as Delegacias de Defesa da Mulher, criadas nos anos 80, foram uma das faces mais visíveis da politização da justiça na garantia dos direitos da mulher e uma forma de pressionar o sistema de justiça na criminalização de assuntos tidos como questões privadas. De outro, a criação dos Juizados Especiais Criminais permitiu a chegada desse conflito ao Judiciário, pois muitas das vezes não transpunham a etapa policial. Contudo, ao acelerar a retirada dos conflitos considerados de “menor potencial ofensivo” do âmbito penal, acabou por tornar invisível a violência de gênero.

A pesquisadora enfatiza, ainda, que embora a criação da lei intencionasse mudar o sistema de justiça no sentido de ampliar o acesso da população à justiça, a invisibilização do conflito de gênero foi uma consequência inesperada. Para ela, o problema não está na informalização provocada pela Lei 9.099/95, mas, sobretudo, em uma informalização que, na prática, acabou por enfatizar apenas a celeridade, reforçando e contribuindo para a permanência das desigualdades de poder nas relações de gênero.

Na concepção de Oliveira, a categoria gênero recorta a sociedade a partir dos papéis sexuais socialmente definidos e implica, sobretudo, na recusa de qualquer resquício de

determinação biológica ou natural dessa dominação, reconhecendo a configuração histórica e cultural, portanto política, das relações entre os sexos. Esse entendimento torna possível analisar a permanência dos significados da violência de gênero no fluxo processual como práticas de violência contra a mulher na sociedade. Por isso, Oliveira opta pela definição de violência de gênero, pois, segundo ela, no termo “gênero” está implícita a noção relacional e de assimetria de poder numa relação.

Nessa mesma perspectiva, em **Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher**, Queiroz (2008), por sua vez, apresenta uma discussão sobre as representações sociais que as mulheres, vítimas de violência conjugal, pertencentes às classes populares, constroem sobre a violência sofrida. A obra, produzida originalmente em formato de tese de doutorado em Serviço Social, encontra-se estruturada em seis capítulos.

No primeiro capítulo, “A violência como um complexo campo teórico-metodológico de pesquisa”, Queiroz apresenta as principais abordagens sociológicas explicativas da violência: a vertente funcionalista, a estrutural-marxista e a da microsociologia ou micropolítica da violência. Na vertente funcionalista, a violência “[...] é conceituada a partir de seu papel no sistema social, ou seja, é concebida como uma unidade funcional que permite diversos graus de integração”. (QUEIROZ, 2008, p. 21). Já a violência na abordagem estrutural tem sua gênese na explicação dos conflitos/desordens baseado nos mecanismos de funcionamento do social/ordem. Nessa abordagem, o fenômeno da violência é analisado sobre um duplo aspecto: “[...] violência da classe dominante contra proletariado e contra violência do proletariado em relação à burguesia e ao seu *locus* de dominação, o Estado”. Queiroz observa que, nessa perspectiva, “[...] a violência é quase sempre observada como subfenômeno dentro das ‘grandes narrativas’ do poder, da dominação e da política.” (*Idem*, p. 22). Por fim, a abordagem da violência na perspectiva micropolítica põe em evidência os comportamentos de determinados grupos diante da violência, bem como “[...] os julgamentos que fazem sobre ela, a prática que dela têm e o lugar que a ela atribuem.” (*Idem*, p. 24). Essa posição, segundo Queiroz, implica em um reposicionamento acerca das múltiplas classificações das formas de violência.

No segundo capítulo, “O poder como elemento de mediação das relações sociais de gênero”, a autora, baseada no pensamento de Michel Foucault, centraliza a discussão na perspectiva da “microfísica do poder”. Nessa perspectiva, o poder é situado como algo que está além do Estado, perpassando todas as instituições e relações sociais estabelecidas. Queiroz considera sexo e gênero como uma unidade, uma vez que, segundo ela, não existe uma sexualidade biológica, independente do contexto social em que é exercida. Desse modo, ela trabalha com a ideia de que a categoria gênero pode se constituir uma categoria social, se tomada em sua dimensão meramente descritiva. Por isso, a autora prefere a expressão categoria de sexo.

No terceiro capítulo, intitulado “As representações sociais como forma de conhecimento da realidade”, a autora perpassa pelas diferentes abordagens teóricas acerca das representações sociais. No quarto capítulo, ela apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a operacionalização dos objetivos da pesquisa, justifica as escolhas dos diversos procedimentos, o universo da pesquisa, os recortes e a produção dos dados, dentre outros recursos utilizados. Já no quinto capítulo, “O universo de significados simbólicos que permeia a violência conjugal”, Queiroz aborda sobre a construção das representações sociais voltadas para os temas: ser mulher, ser homem, as relações de gênero, família e casamento. Com a abordagem dessas representações, a autora pretende trazer à tona alguns elementos que podem elucidar a dominação masculina presente na relação conjugal, expressa, dentre outras formas, na violência contra a mulher.

Por fim, no sexto capítulo, “A violência contra a mulher: modos de ver, sentir e reagir das mulheres”, a autora descreve as representações sociais sobre a violência contra a

mulher, os fatores que contribuem para essa violência, os argumentos justificadores da permanência das mulheres nas relações violentas, bem como as formas de reação e de enfrentamento à violência.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 A linguística textual no campo da análise do discurso

Em uma de suas obras mais recentes **A linguística textual: introdução à análise dos discursos**, Jean-Michel Adam (2008) apresenta uma proposta de análise textual discursiva em busca de uma compatibilização entre os campos da Linguística Textual e da Análise do Discurso de linha francesa. Com o objetivo de pensar o texto e o discurso em novas categorias, o autor inscreve o seu trabalho na perspectiva de um posicionamento teórico e metodológico que situa a linguística textual no quadro mais amplo da análise do discurso. Para ele, o texto é um objeto empírico complexo, e, em conformidade com os estudos de François Rastier, Adam (*Idem*, p. 25) define a textualidade “[...] como conjunto de operações que levam um sujeito a considerar, na produção e/ ou na leitura/ audição, que uma sucessão de enunciados forma um todo significante.”

Para Adam, a linguística textual é uma teoria de produção co(n)textual de sentido, que deve basear-se na análise de textos concretos. Ao mesmo tempo em que postula uma separação e uma complementaridade dos objetos da linguística do texto e da análise de discurso, ele define “[...] a linguística textual como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas.” Ou seja, a unidade texto constitui-se o objeto da linguística textual, e os enunciados produzidos em situações de interação nos lugares sociais, nas línguas e nos gêneros constituem-se, por sua vez, o objeto da análise de discurso.

Ao definir o campo da análise textual dos discursos, Adam (*Idem*, p. 58) tece duras críticas à pragmática transfrástica, defendida por Stati (1990), por restringir a textualidade aos “encadeamentos de dois enunciados e de duas réplicas conversacionais”, e à “pragmática do discurso” de Jacques Moeschler e Anne Reboul (1998), por reduzirem “O discurso (ou os tipos de discursos)” a uma série de enunciado. Desse modo, para esses autores, o texto não tem existência teórica, e o discurso, reduzido às unidades que o compõem, não chega a ser “uma categoria natural cientificamente pertinente”. Assim, a análise do discurso ficaria limitada ao estudo do funcionamento do enunciado, apenas.

Beugrande e Dressler (1981) definem o texto como uma “ocorrência comunicativa”. Ancorado nessa definição, Adam (*Idem*, p. 59) esclarece que a linguística textual pode aparecer como uma **pragmática textual** (grifos do autor). Contudo, ele ressalta que esse termo não é fácil de usar em decorrência da “pragmática do discurso”, apresentada como não linguística por Moeschler e Reboul (1998). Essa pragmática, por considerar o discurso apenas como uma sucessão de enunciados curtos, mostrou-se incapaz de analisar textos de uma certa amplitude, em sua continuidade.

Para Adam (2008, p. 60), uma pragmática do texto não deve limitar-se apenas a análise de um conjunto de frase. Antes, a pragmática textual deve está relacionada à análise dos discursos, para que o objeto de análise desses campos seja “[...] mais bem definido: práticas discursivas institucionalizadas, quer dizer, para nós, gêneros de discurso”, determinado, historicamente, pelo viés do interdiscurso.

Com a pretensão de responder a demandas de propostas concretas para a análise de textos, Adam (*idem*, p. 61) propõe oito (8) níveis de análises que, segundo ele, podem ser distinguidos, linguisticamente, no texto e no discurso. Dentre esses, três no nível do discurso: o da ação visada, objetivos (N1), o da interação social (N2) e o da formação sociodiscursiva (N3); e cinco no nível do texto: a textura (proposições enunciadas e períodos) (N4), a Estrutura composicional (sequências e planos de textos) (N5), a semântica (representação

discursiva) (N6), a enunciação (responsabilidade enunciativa e coesão polifonia) (N7), e os atos de discurso (ilocucionário e orientação argumentativa) (N8).

Desse modo, a linguística textual, no domínio da análise do discurso, assume uma função específica: teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares que constitui um texto. Isso significa que a linguística do texto tanto descreve como define as diferentes unidades, bem como as operações, em todos os níveis de complexidade, que são realizados sobre os enunciados.

Em uma abordagem textual-discursiva, a microunidade de análise deve ter, ao mesmo tempo, um caráter textual e enunciativo, denominado por Adam (2008) de proposição-enunciado. A utilização do termo proposição garante a ideia de que se adota um critério sintático-semântico na definição da unidade textual mínima e, por outro lado, a noção de enunciado marca a dimensão enunciativa da microunidade. A unidade mínima a que o autor chama de proposição-enunciado constitui-se o resultado de um ato de enunciação: ela é enunciada por um enunciador inseparável de um co-enunciador. Para o linguista, “[...] uma unidade textual de base (é) efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação, portanto, como um *enunciado mínimo*.” (ADAM, 2008, p. 106, grifos do autor). Desse modo, ressalta que a análise textual recai sobre o produto de uma enunciação que inclui o outro ao assumir a língua e, que se trata de uma microunidade ao mesmo tempo sintática e de sentido.

Segundo Adam, toda proposição-enunciado compreende três dimensões complementares: enunciativa, referencial e argumentativa. Essas três dimensões encontram-se articuladas entre si, numa dinâmica de complementaridade, o que significa que não existe enunciado isolado:

As três dimensões complementares de toda proposição enunciada são: uma **dimensão enunciativa** [B] que se encarrega da representação construída verbalmente de um **conteúdo referencial** [A] e dá-lhe uma certa **potencialidade argumentativa** [ORarg] que lhe confere uma **força** ou **valor ilocucionário** [F] mais ou menos identificável. (ADAM, 2008, p. 109, grifos do autor).

A dimensão enunciativa refere-se à responsabilidade enunciativa ou ponto de vista (PdV) da proposição, que permite demonstrar o funcionamento de diferentes pontos de vista presentes nos textos e o movimento de identificação do locutor com um ou outro PdV.

Quanto à dimensão argumentativa, indica que a enunciação dá ao conteúdo referencial certa potencialidade argumentativa que confere uma força ou valor ilocucionário, mais ou menos identificável. Isso significa que todo enunciado possui uma orientação argumentativa, mesmo na ausência de conectores, e uma força que busca afetar o interlocutor de algum modo. Essa força ilocucionária pode nem sempre ser muito clara, mas está presente como ato de discurso em toda microunidade de um texto.

Em relação à dimensão referencial, entende por referência a representação discursiva (Rd) construída pelo conteúdo proposicional. Ou seja, o referente é fruto de uma construção operada no e pelo discurso de um locutor e como uma (re)construção desse referente pelo sujeito interpretante.

### 3.2 Construção de uma representação discursiva

Nas palavras de Adam, “Toda proposição enunciada possui um valor descritivo. A atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável”. Em outras palavras, uma representação semântica do discurso constrói-se, minimamente, a partir de “[...] **um tema ou objeto de discurso posto** e o desenvolvimento de **uma predicação** a seu respeito. A forma mais simples é a estrutura que

associa um sintagma nominal a um sintagma verbal”, (ADAM, 2008, p. 113, grifos nossos). Semanticamente, uma proposição pode, também, se reduzir a um nome e a um adjetivo.

A entrada para a construção de uma representação discursiva pode ser assim resumida: ofereça informações referenciais que responda às perguntas Quem?, O quê?, Onde?, Quando? Por quê? e Como?. Se a proposição tiver um verbo, deve-se, pois examinar sua valência. Acrescenta-se a isso o valor de estado, de ação mais ou menos intencional de agentes, ou de simples acontecimentos. Ao núcleo proposicional podem juntar-se constituintes periféricos mais ou menos autônomos: circunstanciais ou construções deslocadas que têm um valor de tematização da parte predicativa de uma proposição cujo tema-sujeito está na frase núcleo. (ADAM, 2008, p. 114). Percebe-se, pois que a representação discursiva é construída pelos participantes da interação, a partir dos enunciados, em função de seus objetivos e intenções e dos conhecimentos de mundo partilhado, assim como de seus pressupostos culturais.

Com isso, entende-se que a linguagem faz referência e que todo texto é uma proposição de mundo que solicita do interpretante (auditor ou locutor) uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou Rd. Conforme enfatiza Adam (*Idem*, p. 115) “Em termos de teoria linguística da enunciação, o texto é, ao mesmo tempo, uma proposição de mundo e de sentido, um sistema de determinações e um espaço de reflexividade metalinguística.”. O sujeito falante sabe que a língua, nem sempre pode dizer tudo, e que muitas das vezes a comunicação é falha, mas ele sabe, também, que isso não é suficiente para impedir a referência ao mundo, às palavras, à própria situação de enunciação e aos co-enunciadores.

### 3.3 Gêneros de discurso

Para abordar os gêneros de discurso, Adam (2008) retoma a noção, segundo ele imprecisa de “formação discursiva” desenvolvida por Michel Foucault (1969) e redefinida por Michel Pêcheux (1990):

[As] *formações discursivas* [...] determinam o que podem e devem ser dito (articulado sobre a forma de um discurso público, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma dada posição, em uma determinada conjuntura: o ponto essencial aqui é que *não se trata somente da natureza das palavras usadas, mas também (e sobretudo) das construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que elas determinam a significação que assumem essas palavras [...], as palavras mudam de sentido, segundo as posições defendidas por aquelas que as usam; [...] as palavras ‘mudam de sentido’ passando de uma *formação discursiva* para outra. (Michel Pêcheux, 1990, *apud* Adam, 2008, p. 44, ênfase conforme o original francês).

Conforme observação de Adam, Pêcheux não menciona a palavra gênero, mas ao falar em *discurso público, sermão, panfleto, exposição, programa*, ele enumera uma lista de gêneros, estabelecendo, assim, uma ligação entre os gêneros e as formações sociodiscursivas.

Adam (2008, p. 45), em conformidade com os estudos de Karlheinz Stierle (1977) retém a seguinte definição de discurso: “[...] uma estabilização pública e normativa, e uma possibilidade de um *status* institucional”. Essa “estabilização pública e normativa” é localizada nos gêneros de discurso, operando no quadro do sistema de gêneros de cada formação discursiva. Nessa perspectiva, os gêneros discursivos são definidos como “práticas discursivas institucionalizadas”, cuja determinação histórica e social é considerada pelo viés da interdiscursividade.



Ainda com relação aos estudos dos gêneros, Adam e Heidmann (2011, p. 18) assumem uma posição teórica e metodológica, em que os gêneros de discurso podem ser resumidos a seis proposições, que, segundo esses autores, representam seis razões para superar o conceito estático de gênero em favor do de genericidade.

A primeira proposição defendida é a de que “Todo texto participa de um ou de vários gêneros”. Ou seja, todo texto comporta em si um efeito de genericidade e, por isso mesmo, inscrevem-se em uma classe de discurso. Conforme os autores, “[...] as línguas e os gêneros são indissociáveis na manifestação textual e discursiva da linguagem.” (ibid).

Importa ressaltar que o que Adam e Heidmann definem como “[...] a *genericidade* de um texto resulta de um diálogo contínuo, sempre conflituoso, entre as instâncias enunciativas, editorial e leitoral.” (Idem, p. 20). Para descrever a complexidade do impacto genérico sobre a discursivização, Adam e Heidmann direcionam a problemática do gênero – como categorias de texto – a uma problemática mais dinâmica – a genericidade.

Com isso, “Os conceitos de genericidade e de efeitos de genericidade permitem pensar, ao mesmo tempo, a discursivização e a leitura-interpretação como processos complexos”. Para esses autores, o nome gênero funciona como etiquetas que tende a reduzir o enunciado a uma só categoria ou família de textos. Já a genericidade é bem mais complexa, pois permite pensar a participação de um texto em vários gêneros.

Em um texto relacionado, geralmente, a vários gêneros, a questão não é classificá-lo numa categoria – seu pertencimento –, mas de observar as potencialidades genéricas que o atravessam – sua participação em um ou vários gêneros –, levando-se em conta pontos de vista tanto autoriais quanto autoriais e leitorais. Analisar uma participação em vez de se limitar a um pertencimento classificatório permite entrar na complexidade dos fatos de discurso. [...] Considerar essa heterogeneidade genérica é, para nós, o único meio de aproximar a complexidade do procedimento que liga um texto ao interdiscurso de uma formação social dada. (ADAM e HEIDMANN, 2011, p. 21).

A segunda proposição defendida, “Os gêneros são tão diversos quanto as práticas discursivas”, os autores corroboram com o pensamento de Bakhtin<sup>1</sup> (1984) ao afirmar que “A riqueza e a variedade dos gêneros de discurso são infinitas, [...] e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai-se diferenciando e ampliando-se, à medida que desenvolve-se e complexifica-se a esfera dada.”. Afirmam, ainda, que “Os sistemas e os gêneros evoluem e desaparecem com as formações sociodiscursivas às quais eles estavam associados.”. Nessa perspectiva, Adam e Heidmann (op. cit., p.22), apoiados nos estudos de J.-P. Bronckart<sup>2</sup> (1996), definem, então, os gêneros como “*formas comunicativas* historicamente construídas por diversas formações sociais, em função de seus interesses e de seus objetivos”. (ADAM e HEIDMANN, op. cit., p.22).

Já a terceira proposição defendida pelos autores é a de que os “gêneros são práticas normatizadas, cognitivamente e socialmente indispensáveis”. Nessa proposição, os gêneros são definíveis conforme regulações das práticas sociais e discursivas dos sujeitos em interações. Para esses autores, os gêneros são inseparáveis dos sistemas históricos e culturais da sociedade. Isso significa que os gêneros são regulados por normas sociais e discursivas.

Na quarta proposição, os autores defendem que os gêneros são dinâmicos e variam conforme as condições pragmáticas do ato enunciativo, que envolve a situação de interação, os objetivos visados, dentre outros aspectos. Essas inovações podem preservar as

---

<sup>1</sup> BAKHTIN, M. M. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard, 1984.

<sup>2</sup> BRONCKART, J.-P. L’acquisition des discours. *Le Français dans le Monde-Recherches et applications* [Número especial]: Le discours: enjeux et perspectives. Paris: Hachette, 1996.

características reguladoras de pertencimento de um gênero a uma determinada categoria de texto, estereotipado ou, do contrário, introduzir variações inovadoras que os afastam da simples categoria de gênero, apresentando-lhe um caráter mais amplo, o de genericidade, situando-os “[...] nas margens variacionais de um ou de vários gêneros.” (idem, p. 25).

Já na quinta proposição, Adam e Heidmann (idem, p. 25-26) observam que “Os gêneros existem apenas no âmbito de um sistema de gênero”. Com isso, os autores observam que os gêneros não se definem pelas regras fixadas por uma gramática de critérios fixos, mas no interior de um sistema de gêneros, agrupados por “[...] categorias prototípicas definíveis por tendências ou classes de tipicidade, por feixes de regularidades e fenômenos de dominância.”.

Por fim, na sexta proposição, os autores defendem que “A genericidade envolve todos os níveis textuais e transtextuais”. Nessa abordagem, o texto mantém uma estreita relação de interação entre “[...] a *textualidade*, a *transtextualidade* e a *genericidade*” (ADAM e HEIDMANN, 2011, p. 26, grifos dos autores.). Os autores designam a textualidade como o componente responsável por assegurar a unidade e a singularidade de um dado texto, e por transtextualidade o componente que permite a abertura de um texto para vários outros textos.

### 3.3.1 O gênero Boletim de Ocorrência

O Boletim de Ocorrência é o documento utilizado pelos órgãos da Polícia Civil para o registro da notícia do crime, ou seja, o registro dos fatos que devem ser apurados através do exercício da atividade de Polícia Judiciária. Além dessa função principal, o boletim de ocorrência é largamente utilizado para registros de fatos atípicos, isto é, fatos que, muito embora, não apresentem tipicidade penal – não configurando, portanto, infração penal -, merecem competente registro para preservar direitos ou prevenir a prática de possível infração, sendo conhecidos, consuetudinariamente, pela denominação de boletim de ocorrência de preservação de direitos (cf. Manual de Polícia Judiciária da PC de SP).

Geralmente, o boletim de ocorrência apresenta a seguinte configuração textual:

- **Introdução:** identificação da unidade policial, natureza da ocorrência, local, data e hora da comunicação e do fato.
- **Corpo:** descrição e caracterização das partes envolvidas na ocorrência (comunicante, vítima(s), suspeito(s) ou autor(es) do fato, testemunha(s)).
- **Histórico:** local destinado ao registro da ocorrência, devendo este ser claro e objetivo. Nesse espaço, algumas perguntas tradicionais: O quê? Onde? Quando? Como? Quem é a vítima? Quem é o autor?, dentre outras.
- **Apêndices:** são informações acessórias que, algumas vezes fazem-se necessárias, tais como apreensões de objetos, requisições de perícias, dentre outras.

O policial responsável pelo registro do BO deve atentar para alguns pontos quando da redação do histórico da ocorrência, dentre os quais, a transposição da fala para a escrita, o que implica, para o agente responsável, selecionar quais dados mencionados pelos envolvidos devem ou não ser registrados, bem como resumir os aspectos de subjetividade presentes nos textos orais para uma linguagem técnica, caracterizada, entre outros aspectos, pela concisão e formalidade; organizar a estrutura do texto; executar simultaneamente vários outros processos cognitivos, por exemplo: inferências, estabelecimento de relações, como: causa e consequência, analogias e identificação das referências estabelecidas nos textos orais pelos envolvidos. Além disso, deve desenvolver processos linguísticos, isto é, usar apropriadamente substantivos, artigos, adjetivos, pronomes e advérbios (entre eles, os referenciais demonstrativos), palavras, expressões e estruturas oracionais com função descritiva; e por fim, procurar ser imparcial na digitação das versões apresentadas, dentre outras. (cf. texto da

apostila do curso preparatório para policiais da Academia de Polícia Civil – ACADEPOL/RN, disciplina Boletim de Ocorrência).

#### **4 Metodologia: caracterização e contexto da pesquisa**

Mencionamos, neste item, o tipo de pesquisa e os procedimentos metodológicos que serão utilizados para o levantamento e a configuração do *corpus* da pesquisa. Descrevemos, também, de forma breve, o contexto da pesquisa, situando-a no campo dos estudos linguísticos do texto.

Segundo Charoux (2004, p. 22), “Método é uma forma de ordenar o pensamento. Aplicado à investigação científica, significa combinar estrategicamente a capacidade de encadeamento lógico das ideias, empregando-a para conhecer os fatos, através de diferentes procedimentos.” Esses supõem uma sequência de etapas que possibilitam a produção do conhecimento, e atribui, assim, confiabilidade aos resultados obtidos.

Dessa forma, a preparação metódica e planejada deste trabalho de pesquisa envolverá os seguintes procedimentos: determinação e delimitação do tema-problema de pesquisa; a formulação das hipóteses; a explicitação do quadro teórico em que o trabalho será fundamentado; o levantamento da bibliografia referente ao tema; leitura e documentação dessa bibliografia; seleção, sistematização e análise do *corpus* que dará origem aos dados da pesquisa. A etapa seguinte compreenderá a análise interpretativa desse *corpus*, bem como a construção lógica do trabalho e a redação final do texto da tese.

Tendo por base a finalidade e o questionamento que se pretende responder com este estudo, a saber, “o modo como policiais e escrivães constroem textualmente uma representação discursiva da violência contra a mulher em históricos de boletins de ocorrência e como os participantes envolvidos na cena enunciativa são referidos e representados nesses boletins”, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva, documental e bibliográfica, tendo em vista que a mesma busca “[...] descrever/classificar características de uma situação e estabelece conexão entre a base teórico-conceitual existente ou de outros trabalhos já realizados sobre o assunto e os fatos coletados”. (CHAROUX, *op. cit.*, p. 39).

O *corpus* da pesquisa constitui-se de Boletins de Ocorrência registrados na Delegacia Especializada de Amparo à Mulher – DEAM Zona Sul, localizada na Ribeira, Natal/RN. Essa delegacia foi criada em junho de 1986, ligada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do governo do Estado do Rio Grande do Norte. A DEAM da Ribeira, Zona Sul de Natal/RN foi a terceira delegacia especializada em atendimento a mulher criada no Brasil. No Rio Grande do Norte existem outras quatro delegacias especializadas: uma na Zona Norte de Natal, uma em Parnamirim, uma em Caicó e uma em Mossoró. É nesse contexto que se insere o *corpus* de nossa pesquisa.

#### **Considerações finais**

As competências necessárias para registrar uma ocorrência envolvem uma rede complexa de fatores, além da mobilização de diferentes conhecimentos, muitas das vezes desconhecidos, por parte dos policiais responsáveis pelo registro do boletim de ocorrência. Acreditamos que faltam a esses policiais referências suficientes para desempenhar, de forma adequada, a construção do histórico do BO. Além disso, a qualidade do texto do BO reforça o respeito, a segurança, a competência e a credibilidade da instituição militar. Por isso, a importância de se desenvolver pesquisas a respeito desse documento oficial, que aborde tanto questões relacionadas à estrutura linguística, quanto aos aspectos textuais e discursivos.

Com isso, reforçamos a pertinência, bem como a oportunidade de se pesquisar a respeito de como se constrói, textualmente, uma representação discursiva da violência contra a mulher em boletins de ocorrência, a partir do modo como os sujeitos envolvidos na cena enunciativa (vítima, agressor, testemunhas, objetos) são referidos e representados nesses

boletins. Também, na condição de professora de Língua Portuguesa, interessa-nos, ainda, com esta pesquisa, pensar o processo de escrita construído fora do contexto acadêmico, a exemplo do boletim de ocorrência, documento produzido em um contexto específico, como é o caso da delegacia especializada de amparo à mulher.

### **Referências bibliográficas**

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.

ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN, Ute. *O texto literário: por uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 2011.

CHAROUX, Ofélia Maria Guazzelli. *Metodologia: processos de produção, registro e relato do conhecimento*. São Paulo: DVS Editora, 2004.

COSTA, Maria Izabel Plath. *Estudo preliminar da terminologia empregada pela Polícia Civil do RS no boletim de ocorrência policial*. 2009, 306f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) UFRGS. Porto Alegre.

IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero*. 2003, 376f. Tese (Doutorado em Sociologia) USP. São Paulo.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MANINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Marcela Beraldo de. *Da Delegacia de Defesa da Mulher ao Juizado Especial Criminal: significados da violência de gênero no fluxo processual*. 2004. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/colenc.05.a02.pdf>. Acesso em 12/06/2012.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. *Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher*. Mossoró, RN: UERN, 2008.

TRISTÃO, Roberto Mauro de Souza. *O Boletim de Ocorrência sob o aspecto da dêixis de base espacial como processo de instauração e manutenção de referência*. 2007, 141f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) UFMG. Belo Horizonte.